

Versão Online

ISBN 978-85-8015-053-7

Cadernos PDE

VOLUME II

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS  
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE  
Produção Didático-Pedagógica

2009

## ENSINO A DISTÂNCIA MEDIADA PELO RÁDIO: UMA FERRAMENTA PARA O ENSINO FORMAL PRISIONAL.

<sup>1</sup>Miriam Machado Cunico

<sup>2</sup>Sonia Ana Leszczynski

<sup>1</sup>*Universidade Federal do Paraná (UFPR), Departamento de Ciências Florestais, Laboratório de Inventário Florestal (LIF). Avenida Lothario Messneir, 638, Curitiba-PR, CEP 88806-000. Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais-UFPR. [\\*miriam@mcunico.com.br](mailto:miriam@mcunico.com.br)*

<sup>2</sup>*Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Departamento de Educação. Avenida Sete de setembro, 3165, Curitiba-PR, CEP 80230-901. [sonia.ana59@gmail.com](mailto:sonia.ana59@gmail.com)*

### RESUMO

Na área da Educação formal Prisional as TIC têm emergido com um leque de opções metodológicas que podem influenciar a prática educativa em vários níveis e áreas do ensino, permitindo que as escolas prisionais construam conhecimento interagindo com o mundo. Nesta ótica, o rádio se apresenta como um meio importante dentro de qualquer dimensão da sociedade, e, para quem trabalha com informação e conhecimento, se constitui em ferramenta auxiliadora para acesso a conteúdos. Contudo, verifica-se que no Brasil, a EaD ainda enfrenta resistências causadas por ideologias, desinformações e preconceitos, acarretando num menor crescimento nos diversos níveis e áreas de ensino, quando comparado ao ensino presencial, o qual ainda ocupa lugar de destaque no processo educativo brasileiro. Diante disso, mesmo numa proposta de discussão de viabilização de implantação de EaD como ferramenta auxiliadora no ensino formal da EJA no Complexo Médico Penal do Sistema Prisional do Paraná, resistências de sua utilidade interventiva e propositiva no contexto social do objeto de pesquisa foram geradas. O presente artigo pretende defender que as duas modalidades de ensino já não podem prescindir uma da outra e que a integração pedagógica do rádio na EaD para que haja uma gestão escolar inovadora, é possível visto ser um caminho para oportunizar o ensino formal a pessoas custodiadas, de forma mais democrática e humana.

**Palavras-chave:** EaD, Sistema Prisional, Ensino Formal Prisional, TICs, Rádio.

### ABSTRACT

Formal education in the area of TIC has emerged from a range of methodological choices that may influence educational practice at various levels and fields of education, allowing schools in prisons to build knowledge by interacting with the world. In this perspective, radio appears as an important dimension within any society, and for those working with information and knowledge, constitutes an auxiliary tool for accessing content. However, it appears that in Brazil, the distance education still faces resistance caused by ideology, misinformation and prejudice, resulting in lower growth at different levels and areas of learning compared to classroom teaching, which still occupies a prominent place in the educational process Brazil. Thus, even a proposal to discuss feasibility of implementation of distance education as a valuable tool in formal adult education in the Medical Complex Criminal Prisons of Parana, resistors proactive and purposeful its usefulness in the social context of the object of research were generated. This article intends to argue that the two methods of teaching can no longer ignore each other and that the pedagogical integration of radio in distance education for which there is an innovative school management, can be seen a way to create opportunities formal education to persons under custody, more democratic and humane.

**Palavras-chave:** EaD, Sistema Prisional, Ensino Formal Prisional, TICs, Rádio.

## INTRODUÇÃO

Nos Espaços Prisionais Brasileiros deste Século XXI, o acesso à Educação tem sido dificultado por inúmeros fatores (necessidades especiais, doenças básicas, castigo, descaso de funcionários, entre outros), dentre os quais se destacam aqueles relacionados com a superlotação e a segurança, que acabam por acarretar na baixa escolaridade de uma parcela significativa de pessoas custodiadas que ali se encontram.

De acordo com Carreira (2009), este Sistema Prisional tem recebido um número maior de internos, dentre os quais, apenas 18% têm acesso a alguma atividade educacional. Os dados colhidos entre setembro de 2008 e janeiro de 2009, revelaram que dos 440 mil presidiários no Brasil, 12% são analfabetos e 75% não concluíram o ensino básico. Também revelaram que a educação prisional é vista como um privilégio no sistema, sendo um processo descontínuo (IADIS, 2006).

Apesar da obrigatoriedade de se oportunizar reeducação, reinserção e ressocialização para pessoas privadas de liberdade (Lei de Execução Penal Brasileira – LEP, 1996), ainda muito se tem deixado a desejar no que diz respeito à Educação no Brasil, pois de acordo com Cunico et al. (2008), no Sistema Penitenciário, o descaso com a educação dos excluídos é muito intenso, visto existir carências de recursos humanos e materiais, haver falta de incentivo de governos e da sociedade para oportunizar o aprendizado formal que permita resgatar a dignidade humana, com condições efetivas de recuperação e ressocialização para pessoas custodiadas.

É importante ressaltar que nos Presídios do Estado do Paraná, investimentos foram realizados com aquisição de equipamentos tais como TV multimídia, visto o atual Governador deste Estado, Roberto Requião, valorizar uma educação de excelência e reconhecer que a sociedade do século XXI não pode excluir nenhuma ferramenta capaz de auxiliar na produção e disseminação do conhecimento, ou ignorar a modernização e as informações. Muito pelo contrário, deve ir além dos interesses mercadológicos, das tendências inerentes ao consumo, das necessidades politiquerias.

Desta forma, a Educação Formal (Educação de Jovens e Adultos - EJA) do Sistema Prisional do Paraná, realizada por meio colaborativa SEED-

PR/SEJU-PR, buscou elevar a escolaridade dos seus alunos (pessoas custodiadas), com a finalidade de resgatar-lhes a auto-estima e reintegrá-los socialmente. Contudo, a aquisição destes equipamentos por si só não garantem que tais objetivos sejam atingidos. Logo, ações urgentes que promovam um repensar na Gestão Escolar e no Fazer Pedagógico são requeridas para que os diversos recursos tecnológicos sejam levados em consideração, em todas as esferas educacionais, e se privilegie uma abordagem mais inovadora que a convencional, permitindo assim, que a educação mediada pelas TIC's oportunize de fato mudanças nos paradigmas educacionais, tornando o ensino pluridimensional (KENSKI, 2008).

Diante disso, inovar em Gestão Escolar por meio da inclusão da modalidade de Educação a Distância (EaD) no Ensino Formal do Sistema Prisional do Paraná, como modalidade auxiliadora, face a necessidade de se oportunizar condições de aprendizagem a pessoas custodiadas, principalmente para aquelas impedidas do convívio escolar prisional, evocando o respeito ao Direito Humano de todos os envolvidos para atingir uma educação de excelência com qualidade total, torna-se indispensável (CUNICO et al., 2009).

Neste contexto, a EaD permite conduzir a educação ao atendimento das necessidades e especificidades desta clientela, na formação sistematizada e/ou profissional; na reeducação e reinserção social, mas sobretudo numa educação concebida na colaboração, criatividade, expressividade, interatividade, favorecendo a formação continuada, fundamentada nos quatro pilares da educação como aponta Delors (2000) “aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser”. Ademais, esta modalidade de ensino permite atender as diferentes necessidades individuais tais como hospitalização ou privação do convívio com a massa carcerária, superando as limitações de tempo e espaço, flexibilizando um intercâmbio entre o conhecimento sistematizado e a possibilidade de uma (re) significação escolar (MARTINS,1996: apud PRETI, 2000).

Ante o exposto, aliado ao fato de que o Gerenciamento de Sistema Educacional Prisional Brasileiro tem gerado reflexões e análises no mundo, justifica propor subsídios para a inclusão da EaD como modalidade auxiliadora no ensino formal do Complexo Médico Penal (CMP) do Sistema Prisional do

Paraná, visando o atendimento de pessoas custodiadas excluídas do convívio escolar.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A educação em Espaços Prisionais requer estabelecer um processo de equilíbrio entre a subjetividade humana, a objetividade legal, as bases filosófica, epistemológica e metodológica, com o objetivo de reeducar para reinserir e ressocializar.

Diante disso, este projeto se fundamenta na teoria sócio-interacionista de *Vygotsky* (1998) que contempla a relação “indivíduo/sociedade; na visão epistemológica de Foucault (2001), o qual considera o Espaço Prisional como ‘liberdade pela mudança social’, e nas legislações penal (MIRABETE, 1993) e educacional (LEP, 1996) as quais desencadeiam as formas legais de atuação e garantem a proposição da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, assim como, a Lei de Execução Penal que considera o trabalho e o ensino formal como remição de pena. Além disso, também se apóia na EaD na visão de Mercer & Estepa (1996) que visa possibilitar acesso ao saber sistematizado de forma multidisciplinar.

## **GESTÃO ESCOLAR**

Dentre as grandes transformações evidenciadas no final do Século XX e apontadas no início deste Século XXI, a Gestão se destaca em todas as dimensões humanas, demonstrando necessidades de mudanças de atitudes em gestores em busca de maior flexibilidade, para dar sustentação aos processos, sendo esse indispensável, uma vez que os processos se dão em novo espaço, cada qual com sua singularidade (MANSUR, 2001).

Nesta ótica, a Gestão Escolar que é vista como um processo que tem como premissa viabilizar um projeto político-pedagógico, mediante a previsão de formas de organização e funcionamento, de relações de trabalho e de recursos físicos, materiais e financeiros, necessários ao cumprimento das finalidades e objetivos definidos, também está necessitando de um olhar mais inovador.

Cabe lembrar que administrar representa agir de modo a combinar adequadamente o uso de recursos disponíveis para atingir objetivos, portanto, uma ação finalista, voltada à obtenção de algum resultado. Implica, por esta razão, em processo decisório e de acompanhamento e avaliação daquilo que é proposto pelo projeto político-pedagógico. Segundo Martins & Polak (2001), administrar é o ato de trabalhar com as pessoas e por meio das pessoas para realizar objetivos e atingir resultados de forma eficiente e eficaz. A tarefa de administrar seria, então, a de interpretar os objetivos propostos e transformá-los em ações por meio do planejamento, da organização, da direção e avaliação em todas as áreas e nos diferentes níveis das organizações e instituições, sejam elas de natureza pública ou privada.

A gestão na escola assenta-se, nesse sentido, nos princípios e diretrizes que dão sustentação a uma proposta de ação, devendo o corpo administrativo referendar-se e agir em conformidade com esses princípios. A avaliação deve constituir-se, nesse sentido, um dos elementos indissociáveis do processo de gestão.

Para melhor compreender a gestão escolar é preciso saber que antigamente o enfoque era prescritivo e normativo, tais como: *previsão, organização, comando, coordenação e controle* (CHIAVENATO, 2004), ao contrário da atual gestão requerida pelas instituições tanto federais, quanto estaduais e municipais, as quais estão rompendo com a gestão convencional e optando por uma gestão mais inovadora e *participativa*, na qual todos os envolvidos possuem capacidade para participar em sua própria criação (CHIAVENATO, 2006; DUARTE, 2007).

Pelo exposto, a gestão escolar inovadora (participativa) é aquela que permite a discussão com maestria e profissionalismo, cujo gestor valoriza o humano e o vê como elemento imprescindível para assegurar que a mesma seja desenvolvida num espaço participativo, dinâmico e ético (GOMES, 2005).

Nos Espaços Prisionais as atribuições de gerenciamento precisam estar intrinsecamente ligadas a todas as ações e necessidades da instituição. Um sistema de gestão deve atender prioritariamente aos substratos estabelecidos

via de regra, a missão, visão, filosofia e objetivos propostos. Estes por sua vez, devem estar correlacionados às determinações legais, pedagógicas e sociais e suas ações devem contribuir para a promoção do conhecimento científico tanto no saber individual quanto nas relações de trabalho. Para tal, é preciso entender a organização como um sistema que deverá ser planejado desde o diagnóstico até a implementação das ações. Por isso, não é feito planejamento estratégico, mas sim, **Planejamento de Gestão Estratégica**, que incorpora o planejamento, a viabilização, implantação, execução e acompanhamento dos resultados. Desta forma, a organização de um planejamento estratégico a ser desenvolvido nestes Espaços permite o dimensionamento das ações com sustentabilidade aos objetivos traçados para atingi-los.

Diante do exposto, o Gestor inovador precisará ter em mente que:

- Conviver com a diferença não será fácil, dado que se contrapõe à cultura organizacional vigente que privilegia o culto ao individualismo e torna cada vez mais complexa a atividade de harmonizar o que não é igual, seja esta diferença estética, social, religiosa, étnica ou cultural, entre outras.
- Na gestão escolar é indispensável a ética, o respeito aos Direitos Humanos, onde os atores devem desenvolver funções com zelo, responsabilidade, honestidade, qualidade, harmonia grupal e inteligência emocional, para superar problemas.

Dentre os diversos desafios da Gestão Escolar destacam-se (SEED/MEC, 2007):

- Liderança;
- Disposição para enfrentar mudanças;
- Valorização do trabalho em equipe;
- Comprometimento da equipe;
- Aceitar feedbacks e críticas;
- Plano estratégico, metas e prazos;
- Remover barreiras;
- Espírito empreendedor e pro atividade;
- Estar pronto a mudança;
- Acreditar em seu potencial e no da equipe;
- Acreditar no grupo como potenciais colaboradores (cooperação/positividade);
- Comprometer a equipe acreditando que sem assessoramento a tendência é a desmotivação e a acomodação;
- Proporcionar um ambiente de harmonia e de comprometimento;
- Criar condições para que a inovação aconteça-atualização constante;
- Clima tranquilo e bem organizado;
- Oportunizar novas ações e políticas organizacionais, sendo as mesmas apresentadas a todos os colaboradores;
- Proporcionar o conhecimento da missão, visão e valores institucionais, sendo os mesmos colocados em ação por todos;

### Metas

- Identificar o que se deseja.
- Aplicar as técnicas existentes para desenvolver uma meta.

### **Para refletir:**

**Não basta apenas expressar um sonho ou um desejo.  
É importante que possamos transformá-los em metas.**

***"Administradores são seguidos porque são chefes;  
Líderes são seguidos porque acreditamos neles".  
Renato Requião Munhoz da Rocha***

### TIC e EAD

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se constituem em ferramentas poderosas para a Educação, as quais possibilitam o desenvolvimento de *softwares* educacionais e ambientes de aprendizagem que podem ser utilizados na forma presencial ou à distância. As TIC possibilitaram o surgimento da chamada "Sociedade da Informação e do Conhecimento".

Segundo Kenski (2008), nos espaços de fluxos das TIC temos as seguintes características citadas a seguir:

<b>Fluxo Tecnológico</b>	<b>Sistema Produtivo Dependente:</b>	<b>Sociedade Necessidades:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inovação</li> <li>• Realimentação</li> <li>• Flexibilidade</li> <li>• Equipes</li> <li>• Extrema velocidade das mudanças               <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Comunicação</li> <li>➤ <b>Educação</b></li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Inovação tecnológica</li> <li>➤ Consumo</li> <li>➤ Novos usuários</li> <li>➤ Novos hábitos e desejos da sociedade</li> <li>➤ Comunicação</li> <li>➤ <b>Educação</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Preservação identidades sociais e culturais</li> <li>➤ Acesso à informação</li> <li>➤ Consumo e uso crítico das TIC's</li> <li>➤ Inclusão social e tecnológica</li> <li>➤ <b>Educação</b></li> </ul>

Contudo, para garantir o enfrentamento dos desafios do mundo atual de forma crítica e criativa diante destas inovações, dando aos alunos as melhores condições de lidar com as novas realidades do mundo do trabalho e suas



implicações é preciso levar em conta, também, os desafios das TIC à Formação do Professor, dentre os quais se destacam:

- fluência tecnológica
- autonomia na produção
- uso das TIC's em educação
- uso adequado e crítico das tecnologias:
  - respeito às especificidades dos diferentes tipos de tecnologias disponíveis para uso educacional;
  - saber utilizar as possibilidades educacionais oferecidas pelas diversas mídias disponíveis;
  - saber o que é essencial para poder gerenciar o uso das tecnologias em situações extremas: do conhecimento tecnologicamente avançado de alguns alunos à exclusão social e à miséria de muitos;
  - da exuberância tecnológica à falta de infra-estrutura básica em salas de aula e escola.

Sendo assim, verifica-se que as TIC estão causando uma ruptura do paradigma tradicional de ensino, traçando novos rumos e permitindo nova relação aluno-professor, mediatizada. *Entretanto*, é preciso reconhecer que estas, se utilizadas adequadamente, poderão trazer grandes contribuições para a educação, caso contrário apenas fornecerão um revestimento moderno a um ensino antigo e inadequado, e que sua integração à educação já é uma opção sem volta, visto já estarem transformando todas as dimensões da vida social e econômica. Cabe ao campo educacional tirar de suas potencialidades comunicacionais e pedagógicas o melhor proveito, o que exigirá dos sistemas educacionais grandes esforços de imaginação pedagógica (BELLONI, 2008).

### **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)**

A EaD, se utilizada adequadamente, é uma poderosa ferramenta de cidadania e integração social, na educação continuada. Não é uma modalidade nova de educação como muitos afirmam, e hoje tem sido empregada como uma modalidade auxiliadora voltada para atender diferentes necessidades do ser humano, visto superar as limitações de tempo e espaço, flexibilizando um intercâmbio entre o conhecimento sistematizado e a possibilidade de uma (re) significação escolar (MARTINS, 1996: apud PRETI, 2000)

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, tem permitido um avanço significativo nesta modalidade de ensino, proporcionando assim grande crescimento e expansão no ensino e aprendizagem. Historicamente, no Brasil, esta modalidade de ensino tem apresentado grandes avanços, cujas datas encontram-se listadas a seguir:

- 1891 - EaD já era empregada no Brasil com a oferta de cursos de profissionalização por correspondência.
- 1904 - o ensino por correspondência privado passou a utilizar-se das mídias impressas e correio
- 1923 - o rádio entra com sua função educativa.
- 1965 a 1970 - esta modalidade de educação ganha uma nova fase com a criação das TVs educativas pelo poder público
- 1980 - ofertas de supletivos via telecursos com o uso da televisão e de materiais impressos, por fundações sem fins lucrativos.
- 1985 - passa-se a utilizar o computador em redes locais nas universidades.
- 1989 - A utilização do computador torna-se mais abrangente devido à criação da Rede Nacional de Pesquisa
- 1990 - A teleconferência é utilizada em programa de capacitação
- 1998 - uso de mídias de armazenamento pelo uso de vídeo-aula, disquete, CD-ROM etc., como meios complementares.
- 1994 - inicia-se a oferta de cursos superiores à distância utilizando a mídia impressa.
- 1995 – utilização da internet nas Instituições de Ensino Superior via Rede Nacional de Pesquisa.
- 1996 incrementa-se o uso das redes de videoconferência, com o início de ofertas de mestrado à distância por universidade pública em parceria com empresas privadas.
- 1997 - Com o desenvolvimento de Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA, por volta de passa a se ofertar cursos de especialização à distância via internet em universidades públicas e particulares.
- 1999 a 2001 - cria-se as redes públicas privadas e confessionais para cooperação em tecnologia e metodologia para o uso das NTICs na EaD.
- 1999 a 2002 – surgimento do credenciamento oficial de instituições universitárias para atuar em educação à distância.
- 2004 - a Web 2.0 passa a fazer parte da EaD e o uso de web semântica como ferramenta de acesso.
- 2005 - O Ministério da Educação cria em o Sistema de Universidade Aberta do Brasil (UAB), que visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas do ensino superior.
- 2005 - Gonzales (2005) faz uma rápida análise da oficialização da EaD no Brasil por meio da LDB: A Educação à Distância (EaD) foi oficializada no Brasil em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), pelo decreto nº 2494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no Diário Oficial da União - DOU - de 11/02/1998), decreto nº 2561, de 27 de abril

de 1998 (publicado no DOU de 28/04/1998) e pela portaria ministerial nº 301, de 7 de abril de 1998 (publicado no DOU de 09/04/1998).

- 2008 – com a criação da tecnologia 3G passa-se a utilizá-la na EaD para envio de material multimídia por meio de celular.

É importante ressaltar que segundo dados da ABED, entre 2004 e 2005, esta modalidade cresceu 32%. Percebe-se que a EaD tem ganho credibilidade por meio de leis específicas e vários exemplos de cursos que deram certo, mostrando na prática esta modalidade possibilita suprir algumas brechas da educação presencial. Sendo assim, a EaD ressurgue nos dias atuais, como uma modalidade auxiliar, atendendo ao público que devido a correria do dia-a-dia não tem tempo de frequentar aulas presenciais diárias e até mesmo não está localizado na mesma região que uma instituição de ensino. Entretanto, torna-se necessário mostrar que um aprendiz a distância precisa indispensavelmente desenvolver “competências” e “habilidades” especiais, visto a modalidade estar centrada na cooperação, mediação. Isto nos leva a refletir sobre o quanto cada aprendiz desta modalidade de educação necessita superar dificuldades de comunicação e de socialização, bem como desenvolver determinadas competências e atitudes para conseguir acompanhar o ritmo do curso que o instrumentaliza para a realização de atividades em outros setores de sua vida: profissional, afetiva, social, organização, entre outras (MARTINS, 2005).

## DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EaD NO BRASIL E NO MUNDO

A história da EaD, segundo CABRAL, OLIVEIRA e TARCIA (2007), pode ser dividida em quatro gerações. A primeira geração é aquela baseada em textos impressos ou escritos à mão; a segunda geração é caracterizada pelo uso da televisão e do áudio. A terceira geração de EaD é caracterizada pela utilização multimídia da televisão, texto e áudio e, por fim, a quarta geração que organiza os processos educativos em torno do computador e da Internet (Tabela 01):

**TABELA 01** - AS GERAÇÕES DE EaD (BARCIA et al., 2007)

GERAÇÃO	INÍCIO	CARACTERÍSTICAS
1 <sup>a</sup> .	Até 1970	Estudo por correspondência, no qual o principal meio de comunicação eram materiais impressos, geralmente um guia de estudo, com tarefas ou outros exercícios enviados pelo correio.
2 <sup>a</sup> .	1970	Surgem as primeiras Universidades Abertas, com design e

		implementação sistematizadas de cursos a distância, utilizando, além do material impresso, transmissões por televisão aberta, rádio e fitas de áudio e vídeo, com interação por telefone, satélite e TV a cabo.
3 <sup>a</sup> .	1990	Esta geração é baseada em redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia.
4 <sup>a</sup> .	1990	Esta geração é baseada em redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia.

Segundo TAYLOR (2001), as operações em EaD evoluíram pelas quatro gerações que se seguem:

- Modelo por Correspondência, baseado na tecnologia de impressão;
- Modelo Multimídia, baseado em tecnologias impressas e audiovisuais;
- Modelo de Tele-aprendizagem, baseado em aplicações das tecnologias de telecomunicação que forneciam oportunidades para a comunicação sincrônica;
- Modelo de Aprendizagem Flexível, baseado no envio *on line* do material via Internet.

Apesar de muitas Universidades estarem iniciando a implementação das iniciativas de EaD de quarta geração, a quinta surge como uma derivação da quarta que visa tirar maior vantagem dos recursos da Internet e da *Web*.

Cabe salientar a importância de programas de EaD para países em desenvolvimento, visto estes já estarem sendo desenvolvidos no mundo (BARRETOS, 1999):

- A Universidade Aberta Allma Iqbal (1974), no Paquistão, com o objetivo prioritário de formação de docentes para universalizar o ensino primário;
- A Universidade Aberta de Sri Lankam 1980, com a finalidade de atender, aos setores de especial interesse para o desenvolvimento do país: profissões tecnológicas e formação docente;
- O crescimento da Universidade Aberta Sukhothai Thommathirat, na Tailândia, a qual democratizou a educação e proporcionou oportunidades educativas a pessoas que não poderiam ter acesso a Universidades presenciais;
- A Universidade de Terbuka, da Indonésia (1984), com a finalidade de atender a forte demanda de estudos superiores;
- A Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi (1985), na Índia, com o objetivo de atender a demanda de ensino superior.

Também cabe esclarecer que a literatura não tem sido precisa em relação às datas de EaD. Pelos registros documentais pode-se verificar que em 1840 a primeira escola é fundada por correspondência na Europa/Reino Unido - Faculdades por Correspondências Sir Isaac Pitman (TRINDADE, 1997). Também verifica-se que na década de 60 um modelo de EaD é consolidada a partir da fundação, em 1969, da Universidade Aberta da Grã-Bretanha, mais conhecida como Open University, a qual tem sido considerada, neste Século

XXI, uma Mega-Universidade, devido à complexidade de recursos e diversidade de cursos que oferece em todo o mundo.

Para se ter uma visão mais abrangente sobre a historicidade desta modalidade de educação, datas mais relevantes em ordem cronológica encontram-se listadas a seguir (NISKIER, 1993; TRINDADE, 1997; LITWIN, 2001; FARIA;SILVA, 2007)::

- 1829 – (Suécia) – Instituto Líber Hermondes (150.000 usuários)
- 1840 – (Reino Unido) – Faculdade *Sir Isaac Pitman* – Primeira escola por correspondência na Europa
- 1856 – (Alemanha) - Primeiro Instituto de Ensino de Línguas por correspondência (Instituto Toussaint y Langenscheidt).
- 1873 – (EUA) - Anna Eliot Ticknon funda a "Society to Encourage Study at Home" (estudos em domicílio) e na Pennsylvania, Thomas J. Foster cria um curso sobre medidas de segurança no trabalho de mineração (International Correspondence Institute). Ademais, é importante revelar que no início do século, mais precisamente no final da Primeira Guerra Mundial, começa a haver procura muito grande por escolarização na Europa Ocidental, tendo em vista a falência dos Estados Nacionais, a falta de recursos e a dispersão espacial, o que impulsionou a necessidade da institucionalização de um ensino à distância.
- 1892 – (EUA) – Universidade de Chicago – Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes no Departamento de Extensão.
- 1922 – (União Soviética) – ensino por correspondência (350.000 usuários).
- Cabe esclarecer que até a Segunda Guerra Mundial, a correspondência foi o foco de todas as metodologias de ensino a distância. Além disso, na década de 40, diversos países do centro e do leste europeu passam a ter outras perspectivas da modalidade da EaD, além do ensino meramente por correspondência.
- 1947 - (Sorbonne) - através da Rádio são transmitidas aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris.
- 1948 – (Noruega) – Primeira legislação para escolas por correspondência.
- 1960 - (China) - é fundado o Beijing Television College,.
- 1962 - (Espanha) - experiência de Bacharelado Radiofônico, substituído no ano seguinte pelo Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão.
- 1969 – (Inglaterra) - a British Open University, uma Universidade Aberta, instituição pioneira dos cursos de Educação Superior a Distância. Inicia seus cursos em 1971 (200.000 alunos).
- modelos de EaD: a Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), primeira instituição de ensino superior a suceder a Open University, fundada em 1972 e, a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica, criada em 1978.
- 1977 – (Venezuela) – fundação da Universidade Nacional Aberta
- 1978 – (Costa Rica) – Universidade Estadual a Distância
- 1984 – (Holanda) – implantação da Universidade Aberta
- 1985 – Fundação da Associação Européia das Escolas por Correspondência (AEEC)
- 1985 – (Índia) – implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi (242.000 alunos)
- 1987 – Resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Européia
- 1987 – Fundação da Associação Européia de Universidades de Ensino à Distância
- 1988 – (Portugal) – fundação da Universidade Aberta
- 1990 – Implantação da rede Européia de EaD, baseada na declaração de Budapeste.

- A partir dos anos 90 - Instituições de Ensino Superior começam a distribuir seus cursos pela Internet, atendendo a milhões de estudantes nas suas Universidades Virtuais.
- 1991 – Relatório da Comissão sobre Educação Aberta e à Distância na Comunidade Européia

Diante do exposto, pode-se perceber que a EaD não é tão recente e enquanto ela avança no mundo, no Brasil, ela caminha a passos muito lentos. A implantação da EaD no Brasil, se deu ao longo de décadas. É importante ressaltar que algumas informações do histórico acerca dos primeiros experimentos em EaD ficaram sem registro, motivo pelo qual as datas históricas, a seguir, encontram-se listadas a partir de 1923 (<http://www.telebrasil.org.br/ead.pdf>; BARRETOS, 1999):

1923 – Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

1923/1925 – Rádio Sociedade do Rio de Janeiro

1923 – Fundação Roquete Pinto – Radiodifusão

1936 – Doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde.

1937 – Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.

1939 – Marinha e Exército – cursos por correspondência

1941 – Instituto Universal Brasileiro – cursos por correspondência, formação profissional básica

1959 – Início das escolas radiofônicas em Natal (RN).

1960 – Início da ação sistematizada do Governo Federal em EAD; contrato entre o MEC e a CNBB: expansão do sistema de escolas radiofônicas aos estados nordestinos, que faz surgir o MEB – Movimento de Educação de Base –, sistema de ensino a distância não-formal.

1965 – Início dos trabalhos da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa.

1966 a 1974 – Instalação de oito emissoras de televisão educativa: TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul.

1967 – Criada a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo Estado de São Paulo com o objetivo de promover atividades educativas e culturais por meio do rádio e da televisão (iniciou suas transmissões em 1969); constituída a Feplam (Fundação) Educacional Padre Landell de Moura), instituição privada sem fins lucrativos, que promove a educação de adultos por meio da Teleducação por multimeios.

1969 – TVE Maranhão/CEMA – Centro Educativo do Maranhão: programas educativos para a 5ª série, inicialmente em circuito fechado e a partir de 1970 em circuito aberto, também para a 6ª série.

1970 – Portaria 408 – emissoras comerciais de rádio e televisão: obrigatoriedade de transmissão gratuita de cinco horas semanais de 30 minutos diários, de segunda a sexta-feira, ou com 75 minutos aos sábados e domingos. É iniciada em cadeia nacional a série de cursos do Projeto Minerva, irradiando os cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela Feplam e pela Fundação Padre Anchieta.

1971 – Nasce a ABT – inicialmente como Associação Brasileira de Tele-Educação, que já organizava desde 1969 os Seminários Brasileiros de Teleeducação atualmente denominados Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional. Foi pioneira em cursos à distância, capacitando os professores através de correspondência.

1972 – Criação do Prontel – Programa Nacional de Teleducação – que fortaleceu o Sinred – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa.

1973 – Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau, II fase, envolvendo o MEC, Prontel, Cenafor e secretarias de Educação.

1973-74 – Projeto SACI conclusão dos estudos para o Curso Supletivo "João da Silva", sob o formato de telenovela, para o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau; o curso introduziu uma inovação pioneira no mundo, um projeto – piloto de tele – didática da TVE, que conquistou o prêmio especial do Júri Internacional do Prêmio Japão. A partir de 1973 começam a ser produzidas e ofertadas pela televisão os cursos de 1º e 2º graus. Houve então a introdução de inovações em teleeducação e, aperfeiçoamento da metodologia de recepção organizada. Foram criados e desenvolvidos vários programas de capacitação de professores e de preparação de tele-alunos para os exames supletivos, tais como: Projeto Saci (TVE), Projeto LOGUS (MEC), Telecurso 2º Grau (Fundação Roberto Marinho), MOBREAL (MEC), PosGrad (Capes/MEC), Projeto "Verso e Reverso" (Fundação EDUCAR/MEC).

1974 – TVE Ceará começa a gerar tele-aulas cursos de quinta a oitava série, com material televisivo, impresso e monitores; o Ceteb – Centro de Ensino Técnico de Brasília – inicia o planejamento de cursos em convênio com a Petrobras para capacitação dos empregados desta empresa e do projeto Logus II, em convênio com o MEC, para habilitar professores leigos sem afastá-los do exercício docente.

1976 – SENAC – Sistema Nacional de Teleducação, cursos através de material instrucional (até 1995, já havia atendido 2 milhões de alunos)

1978 – Lançado o Telecurso de 2º Grau, pela Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/SP) e Fundação Roberto Marinho, com programas televisivos apoiados por fascículos impressos, para preparar o tele-aluno para os exames supletivos.

1979 – Criação da FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/MEC; dando continuidade ao Curso "João da Silva", surge o Projeto Conquista, também como telenovela, para as últimas séries do primeiro grau; começa a utilização dos programas de alfabetização por TV – (MOBREAL), em recepção organizada, controlada ou livre, abrangendo todas as capitais dos estados do Brasil.

1979 – Colégio Anglo-Americano (RJ) – atua em 28 países, com cursos de correspondência para brasileiros residentes no exterior em nível de 1º e 2º graus.

1979 – UnB – cursos veiculados por jornais e revistas; em 1989 transforma no Cead e lança o BrasilEAD.

1979 a 1983– É implantado, em caráter experimental, o Posgrad – Pós-graduação Tutorial à Distância – pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – do MEC, administrado pela ABT – Associação Brasileira de Tecnologia Educacional – com o objetivo de capacitar docentes universitários do interior do país.

1981 – FCBTVE trocou sua sigla para FUNTEVE: Coordenação das atividades da TV Educativa do Rio de Janeiro, da Radio MEC-Rio, da Radio MEC-Brasília, do Centro de Cinema Educativo e do Centro de Informática Educativa.

1983/1984 – Criação da TV Educativa do Mato Grosso do Sul. Início do "Projeto Ipê", da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da Fundação Padre Anchieta, com cursos para atualização e aperfeiçoamento do magistério de 1º e 2º Graus, utilizando-se de multimeios.

1988 – "Verso e Reverso – Educando o Educador": curso por correspondência para capacitação de professores de Educação Básica de Jovens e Adultos/ MEC Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), com apoio de programas televisivos através da Rede Manchete.

1991 – O "Projeto Ipê" passa a enfatizar os conteúdos curriculares.

1991 – A Fundação Roquete Pinto, a Secretaria Nacional de Educação Básica e secretarias estaduais de Educação implantam o Programa de Atualização de Docentes, abrangendo as quatro séries iniciais do ensino fundamental e alunos dos cursos de formação de professores. Na segunda fase, o projeto ganha o título de "Um salto para o futuro".

Em 1991, a partir da criação de uma Secretaria de Educação a Distância no MEC, a SEED/MEC, vários programas de EaD de qualidade são implantados, em nível nacional: -

1991: Programa "Um Salto para o Futuro", para formação continuada de professores do Ensino Fundamental, com apoio da Fundação Roquete Pinto; -  
1995: Programa TV Escola; -

1997: PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação, que desenvolveu um ambiente de aprendizagem colaborativo on-line, o e-ProInfo e o FUNDESCOLA, um programa de rádio para o Ensino Fundamental; -

2000: PROFORMAÇÃO – Formação de professores em nível médio.

1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Regulamenta a EaD no Brasil ([www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)).

2000 – UNIREDE – Rede de Educação Superior a Distância – consórcio que reúne 68 instituições públicas do Brasil [Corrêa;2005]

2001 é formada, pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) a RENADUC – Rede Nacional de Informação e Educação a Distância e, em 2002, a Secretaria de Educação de Minas Gerais implementa um projeto de formação em nível superior, o Projeto VEREDAS. Estas foram duas importantes iniciativas, no âmbito da formação de gestores municipais e de professores estaduais das séries iniciais, respectivamente.

Apropriando-se da prática educativa das redes de cooperação, as instituições de ensino superior que trabalham com EaD passam a se reunir em consórcios, integrados



por internet, tele e videoconferências. Como resultados, são criadas Associações, como a ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), a UVB (Universidade Virtual Brasileira, reunindo instituições privadas e comunitárias), a Univir (voltada para o treinamento corporativo) e a UniRede (consórcio em rede de instituições públicas de ensino superior).

2005 - criada pelo MEC a UAB (Universidade Aberta do Brasil) que integra instituições públicas de ensino superior, ofertando cursos de ensino superior.

Muitos dos programas de EaD, desenvolvidos por Universidades Latino-Americanas obedecem a necessidade de se expandir com qualidade, dentre os quais se destacam:

- o programa Universidade Aberta, da Universidade Nacional Autônoma do México, implantado em 1972;
- a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica, criada em 1977;
- a Universidade Nacional Aberta da Venezuela, também criada em 1977
- a Universidade Estatal Aberta e a Distância da Colômbia, criada em 1983.

## **EaD SEGUNDO A LDB**

A modalidade de EaD no Brasil, vem passando por profundas mudanças decorrentes dos avanços das TIC. O respaldo legal para sua realização é oriundo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que estabelece:

- Art. 32 § 4º. O ensino fundamental é presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
- Art 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de EaD, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Posteriormente, a EaD foi regulamentada pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, os quais foram revogados pelo Decreto 5.622 vigente desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005.

Cabe ressaltar que no Decreto 5.622, a política de garantia de qualidade à modalidade de EaD, ficou estabelecida notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação, dentre os quais destacam-se (SEED/MEC, 2007):

- a) a caracterização de EaD visando instruir os sistemas de ensino;
- b) o estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes em relação às avaliações feitas a distância;

- c) maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos pólos descentralizados de atendimento ao estudante;
- d) mecanismos para coibir abusos, como a oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas;
- e) permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferentes esferas administrativas para: troca de informações.

A Resolução n.º 1, do Conselho Nacional de Educação de 3 de abril de 2001, estabeleceu as normas para a Pós-graduação *lato e stricto-sensu*. A EaD ganha status de modalidade plenamente integrada ao sistema de ensino (3 níveis) com a Lei 9.394/96.

Segundo Carneiro (1998), o artigo 801 desta lei determina que o Poder Público incentive o desenvolvimento de programas de EaD, e também de programas de educação continuada. Além disso, estabelece que o governo federal (MEC) deve credenciar instituições e definir requisitos para a realização de exames e de registro de diplomas relativos a cursos de EaD.

Pela legislação, caberá aos respectivos sistemas de ensino (podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas) a expedição de normas para produção, controle e avaliação de programas de EaD e a autorização para sua implementação. A lei prevê, ainda, um tratamento diferenciado no tocante à concessão de canais com finalidade educativa, incluindo a redução de custos de transmissão por via de canais comerciais para uso de programas de EaD (Carneiro, 1998).

O decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que caracteriza a EaD como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Também cabe ressaltar que esta lei preconiza, a obrigatoriedade de momentos presenciais para avaliações de estudantes; estágios obrigatórios (previstos na legislação pertinente); defesa de trabalhos de conclusão de curso (previstos na legislação pertinente); e atividades relacionadas a laboratórios de ensino (quando for o caso).

A EaD, poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: educação básica, educação de jovens e adultos (EJA), educação especial, educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas: técnicos, de nível médio e tecnológicos, de nível superior; educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas: seqüenciais, de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado (Art. 2º do decreto 5.622 de 19/12/2000).

De acordo com a Portaria 4.059 de 10 de dezembro de 2004, as instituições de Ensino Superior poderão introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem a modalidade semi-presencial, até 20% da carga horária total do curso, sendo indispensável a avaliação presencial.

Os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na lei, A aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE), fundamentada em relatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) torna-se indispensável. O reconhecimento e a renovação do reconhecimento também dependem de aprovação do CNE, fundamentada no relatório de avaliação da CAPES.

Os cursos de Pós-graduação *lato sensu* independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento desde que ofertados por instituições credenciadas para atuarem nesse nível educacional.

Para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de EJA, educação especial e educação profissional, as autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal devem promover os atos de credenciamento de instituições.

A lei prevê, ainda, estabelecimento de vínculos pelas instituições credenciadas para oferta de cursos e programas a distância em bases territoriais múltiplas, mediante a formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares.

A Secretaria de EaD (SEED) desenvolve numerosos projetos de EaD voltados para os diferentes níveis de ensino, dentre os quais pode-se citar a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A EaD está orientada por políticas mundiais e com a emergência do ciberespaço, grandes desafios precisam ser superados (FIORENTINI, 2003, p.37), tais como explorar pedagogicamente o potencial interativo e comunicativo das tecnologias da informação e da comunicação disponíveis no tempo presente, e incluir a imensa gama de pessoas excluídas digitalmente. É urgente, no entanto, que a implementação das propostas voltadas para essa área não menosprezem todo esse potencial que as TICs apresentam, e pelo poder público ou pela iniciativa privada, se enfrente estas questões da exclusão. Ademais, necessário se faz capacitar os profissionais (técnica e pedagogicamente) voltados para essa área.

Cabe ressaltar que assim como tem sido para o Ensino Superior, a EaD, se empregada de forma adequada e respeitando-se todos os limites envolvidos em cada etapa de desenvolvimento do aluno, pode tornar-se uma ferramenta viável para o ensino fundamental e médio.

Considerando a dimensão continental do Brasil, a precariedade dos sistemas educacionais existentes, e os recursos tecnológicos disponíveis (rádio, TV, entre outros), percebe-se que esta modalidade de ensino (EaD) constitui-se numa ferramenta auxiliar promissora.

### **EaD E Ensino Formal Nos Espaços Prisionais**

A educação em Espaços Prisionais requer o estabelecimento de um processo de equilíbrio entre a subjetividade humana, a objetividade legal, as bases filosóficas, epistemológica e metodológicas, com a finalidade de reeducar para reinserir e ressocializar.

Diante disso, cabe esclarecer que este trabalho se fundamenta na teoria sócio-interacionista de *Vygotsky* (1998) que contempla a relação “indivíduo/sociedade; na visão Cabe ressaltar que a Educação Formal (Educação de Jovens e Adultos - EJA) do Sistema Prisional do Paraná se dá por meio de colaboração SEED-PR/SEJU-PR, visando elevar a escolaridade de pessoas custodiadas, com a finalidade de resgatar-lhes a auto-estima e reintegrá-los socialmente.

A obrigatoriedade de se oportunizar reeducação, reinserção e ressocialização para pessoas privadas de liberdade (Lei de Execução Penal Brasileira – LEP, 1996), ainda muito se tem deixado a desejar no que diz

respeito à Educação no Brasil, pois de acordo com Cunico et al. (2008), no sistema penitenciário, o descaso com a educação dos excluídos é muito intenso, visto existir carências tanto de recursos humanos quanto de recursos materiais. Segundo a autora e seus colaboradores há falta de incentivo de governos e da sociedade para oportunizar o aprendizado formal que permita resgatar a dignidade humana, com condições efetivas de recuperação e ressocialização para pessoas custodiadas.

É importante ressaltar que nestes últimos anos foram realizados nos Presídios do Estado do Paraná investimentos com aquisição de equipamentos tais como TV multimídia, visto o Governador Roberto Requião valorizar uma educação de excelência e reconhecer que a sociedade do século XXI não pode excluir nenhuma ferramenta capaz de auxiliar na produção e disseminação do conhecimento, ou ignorar a modernização e as informações. Muito pelo contrário, deve ir além dos interesses mercadológicos, das tendências inerentes ao consumo, das necessidades politiqueras.

Diante disso, a educação formal (Educação de Jovens e Adultos - EJA) do Sistema Prisional do Paraná, realizada por meio colaborativa SEED/SEJU, e apoio do Governador, procurou elevar a escolaridade dos seus alunos (pessoas custodiadas), com a finalidade de resgatar-lhes a auto-estima e reintegrá-los socialmente.

## **O SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL**

A sociedade atual tem visto o Sistema Prisional Brasileiro com certa indignação, ressalvas e severas críticas, devido à sua corrompida estrutura física e organizacional, que denota o distanciamento de suas finalidades.

Apesar da existência de leis, projetos e políticas públicas que apontem para uma efetiva recuperação da pessoa custodiada, geralmente verifica-se que o próprio Estado não as cumpre de forma efetiva, como é o caso da Lei de Execução Penal. Nas prisões, pessoas custodiadas, ao perderem suas liberdades para cumprirem suas penas, têm os seus direitos humanos violados, uma vez que celas abrigam homens sãos e doentes, primários e reincidentes, provisórios e condenados, de maior e menor potencial ofensivo considerando

todos em igualdade, sem a devida individualização do delito e da pena, resultando em superlotações, rebeliões, óbitos, fugas, reincidências e embrutecimento.

No entanto, não se pode ser ingênuo a ponto de declarar a falência da pena de prisão extinguindo o sistema prisional, esperando a redução da criminalidade e recuperação de pessoas custodiadas. Contudo sabe-se que o ser humano precisa de valores morais e éticos, de limites pré-estabelecidos para conviver em sociedade. Diante disso, o Sistema Prisional do Paraná tem como pressuposto a ressocialização, todavia, ressocializar não depende da permanência prolongada no cárcere, mas da qualidade de como este encarceramento é efetuado, os meios de disciplina empregados, as formas de tratamento que são conferidos a estas pessoas em todo o processo. Por isso o problema exige medidas de extrema urgência, sendo a pena de prisão ainda um mal necessário, porém se esta aplicada com todos os direitos humanos preservados passa a ser vista como algo útil aos anseios sociais.

Também, cabe ressaltar que *Prisão e Educação* são duas noções, que muitas vezes se tornam de certo modo, antagônicas, visto que para simplesmente sobreviver no universo carcerário, a pessoa custodiada necessitar aprender como funcionam as redes de influência para obter regalias tais como sair mais rapidamente da prisão e/ou como tornar mais brando o seu cotidiano, e/ou assegurar um mínimo de privacidade e/ou, se manter vivo (DE MAEYER, 2006).

Diante do exposto, propiciar aprendizagem a pessoas que não chegaram a ter uma primeira oportunidade, ou não a aproveitaram (BASALDÚIA, 2005; DE MAEYER, 2006), torna-se um desafio que consiste em criar modalidades para possibilitar momentos de aprendizagem diferenciada, de experiências bem-sucedidas, de interações, de reconstrução da própria história, além da criação de um espaço em que possam expressar emoções e realizar projetos, cujas ações poderiam atribuir a expressão Educação Prisional (DE MAEYER, 2006).

Vale salientar que dentre vários enfoques sobre o papel da Educação nas prisões, a ressocialização se destaca, a qual de acordo com Gómez & Rojas (2007) é entendida como a intervenção terapêutica e/ou educativa necessária para que o egresso volte para a sociedade e tenha uma vida “normal”, como as demais pessoas. Nesse caso, o sujeito dessa intervenção terapêutico-educativa estaria doente social e/ou moralmente.

Outro enfoque de destaque a ser considerado é a vulnerabilidade:

As pessoas que se encontram presas são consideradas vulneráveis ao sistema de controle social repressivo, constituindo-se em sujeitos que se dedicam a trabalhos em situação de precariedade. Não chegam a ser profissionais excluídos do sistema produtivo, mas se encontram em suas margens. Para que sejam alcançados os objetivos de reinserção social, o preparo educacional, bem como o laboral são fundamentais, o que requer a conquista de um lugar no competitivo mundo do trabalho (NÚÑEZ, 2006).

Também é importante salientar que a escola precisa garantir uma Educação que possa ser continuada quando a pessoa custodiada obtiver a liberdade, uma vez que é pela Educação que esta pode reduzir a situação de vulnerabilidade social e cultural e a perda do seu poder de manifestação (SCARFÓ, 2006).

Uma vez que educação representa agir em favor da inteligência, da solidariedade e da paz, deve-se considerar também o significado de educar, visto ser mais que a simples manutenção da lei e da ordem ou mais um produto para a realização de negócios, (De MAEYER, 2001).

A obrigatoriedade do ensino fundamental nas unidades carcerárias, por convênios com entidades públicas e privadas é mais um enfoque contemplado visto estar previsto na Lei de Execução Penal (BRASIL, 1986).

A educação prisional relegada a um segundo plano nos espaços prisionais, também é um enfoque bem relevante, visto que: “as prisões são dirigidas por profissionais oriundos do meio policial ou de outros órgãos que, na sociedade, têm a incumbência de velar pelo cumprimento de leis e geralmente a Educação fica relegada a um segundo plano” (MORA, 2007; HOFFMANN, 1992).

Cabe ressaltar que o acesso à Educação é dificultado por inúmeros fatores na sociedade atual, resultando em exclusão e favorecendo a marginalização. Nos sistemas prisionais, a baixa escolaridade das pessoas custodiadas se justifica também pelo fato de sua origem: famílias de condições sociais extremamente precárias (BASALDÚIA, 2005; DE MAEYER, 2001; GÓMEZ & ROJAS, 2007; RANGEL, 2007). Por isso é importante viabilizar a inclusão de todas as modalidades de educação, para que pessoas que por uma série de fatores encontram-se impossibilitadas de frequentar instituições convencionais de aprendizagem, tenham acesso à Educação (LITTO, 2008).

Também é importante lembrar que nos espaços prisionais onde há pessoas com deficiências e/ou outras dificuldades que as impedem de ter acesso ao ensino formal, os ambientes dessas escolas prisionais em verdade, estão incapacitados para atendê-las. Sendo assim, a EaD aliada à tecnologia vem suprir esta necessidade e amenizar os entraves, criando novos caminhos para as pessoas custodiadas, com ou sem deficiência, impedidas do convívio escolar prisional.

Para tal, necessário se faz disseminar uma cultura da inclusão, que tanto desenvolvedores de tecnologias quanto professores da EaD, quanto professores do ensino comum, aprendam a trabalhar sempre com o pensamento de que pessoas com deficiência também estarão entre as pessoas usuárias de seus trabalhos. Pelo exposto, esta modalidade, pela flexibilidade de horário, segurança e o respeito pela diversidade de pessoas e culturas, pode favorecer pessoas impedidas do convívio escolar (em necessidades especiais, doentes, castigo, entre outros).

***Educar e ser um educador é conhecer e celebrar a diversidade, a qual expressa, por si só, a referência estrutural: a Declaração dos Direitos Humanos. Somente a partir daí é possível trabalhar a serviço da dignidade e criar a liberdade.  
Autor desconhecido***

### **Ensino Formal no Sistema Prisional Paranaense**

Cabe ressaltar que a Educação Formal (Educação de Jovens e Adultos - EJA) do Sistema Prisional Paranaense é realizada por meio de colaboração SEED/SEJU do Governo do Estado do Paraná, visando elevar a escolaridade



de pessoas custodiadas, com a finalidade de resgatar-lhes a auto-estima e reintegrá-los socialmente.

O domínio da ferramenta rádio é condição fundamental para a aplicação e manutenção deste modelo de EaD. Outro fator que torna o rádio uma ferramenta imprescindível para a EaD é sua disponibilidade 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Portanto, um bom curso a distância via rádio deverá possuir material escrito de boa qualidade, capaz de suprir os alunos nas suas necessidades de Informação. O professor-tutor poder encaminhar (via rádio) as suas dúvidas e as de seus alunos, para serem compartilhadas com outros alunos ou mesmo com outros professores-tutores

Também se faz necessário esclarecer que não há um modelo único de EaD pois os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. Sendo assim, a natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei.

Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA. Assim, embora a modalidade a distância possua características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infra-estrutura e pedagógicos condizentes, essas características só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa.

Devido à complexidade e à necessidade de uma abordagem sistêmica, referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância devem compreender categorias que envolvem, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infra-estrutura.

O projeto político pedagógico deve apresentar claramente sua opção epistemológica de educação, de currículo, de ensino, de aprendizagem, de perfil do estudante que deseja formar; com definição, partir dessa opção, de

como se desenvolverão os processos de produção do material didático, de tutoria, de comunicação e de avaliação, delineando princípios e diretrizes que alicerçarão o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

A opção epistemológica é que norteará também toda a proposta de organização do currículo e seu desenvolvimento.

A compreensão de avaliação, os instrumentos a serem utilizados, as concepções de professor-tutor, de aprendiz, enfim, devem ter coerência com a opção teórico-metodológica definida no projeto pedagógico.

O uso inovador da tecnologia aplicado especificamente à EaD deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento, que é o que cada sujeito constrói - individual e coletivamente, como produto do processamento, da interpretação, da compreensão da informação. É, portanto, o significado que atribuímos à realidade e como o contextualizamos.

## **PECULIARIDADES DA EaD**

Há preocupação expressa neste documento em superar o preconceito alimentado historicamente por uma visão distorcida de EaD, devido a cursos de qualidade duvidosa, bem como evitar fraudes. E, em qualquer das formações, um profissional certificado para o mundo do trabalho sem uma formação adequada acarreta para a nossa sociedade prejuízos. Ademais, a avaliação também assume um caráter de promoção e diplomação. Esses momentos presenciais exigidos no processo de avaliação (exame presencial), contrariam a filosofia da EaD, principalmente para aqueles cursos bem estruturados, com eficientes tutorias e meios tecnológicos adequados, para estes, a garantia de qualidade é quase certa.

Cabe salientar que no Dec. 5.622/05 o exame presencial deve prevalecer sobre atividades avaliativas. Esta exigência busca garantir a identidade do sujeito que será certificado, porém, um mau entendimento de lei pode reduzir tais exames ao poder que as tradicionais provas adotam, em datas pré-definidas, como um dos principais (se não o principal) instrumentos

de avaliação, inviabilizando uma avaliação continuada e diagnóstica como defende os princípios para a melhoria de cursos a distância. A avaliação com objetivo de promoção e diplomação não pode perder de vistas os princípios da avaliação formativa e contínua.

Essa mudança veio exigir do educador o desenvolvimento de competências diferentes daquelas tradicionalmente utilizadas no modelo presencial, redefinindo o papel de todos os envolvidos no processo, suas funções, suas práticas, que passam a ser diferentes do convencional, já que EaD significa separação física entre professor e aluno e a utilização das tecnologias digitais, servem para unir o professor-tutor ao aluno, a fim de possibilitar o ensino e aprendizagem dos conteúdos e propiciar a interação aluno/Professor-tutor, aluno-aluno e aluno-ambiente Logo, cabe ao Professor-tutor criar mecanismos que estimule o aprendiz a estudar, a não desistir e continuar interessado, o qual deverá estar em constante avaliação (PAVÃO, 2003).

Pelo exposto é possível aprender a distância desde que o aluno participe do processo expondo suas experiências, fazendo intervenções construtivas, argumentando com detalhes significativos e ficando aberto às considerações do professor-tutor. É claro que o professor-tutor é um elemento importante, indispensável para o processo ensino e aprendizagem na modalidade a distância mediado pelas tecnologias digitais, devendo ajudar os alunos na construção autônoma do conhecimento, estimulando o trabalho cooperativo, sanando suas dúvidas, pois é ele que coordena e facilita a orientação das aprendizagens e das atividades do aluno, entre outras.

Dentre as ações características de um professor-tutor, as seguintes se destacam (<http://www.cursos.nead.ufpr.br>):

- Realizar e corrigir avaliações dos estudantes.
- Responder às solicitações dos estudantes no menor tempo possível, pelo menos acusando o recebimento do pedido de ajuda e tranquilizá-lo de que brevemente entrará em contato para sanar a dúvida em questão.
- Permitir que o estudante construa o caminho do seu conhecimento com segurança.

Estudar e desenvolver metodologias a serem empregadas na avaliação a distância e que possibilitem avaliações mais dinâmicas e interativas é um desafio, pois apesar dos avanços tecnológicos para EaD, formas de avaliação inovadoras que se adaptem a este modelo são quase inexistentes. O processo de ensinar e de aprender tem suas próprias dimensões, pressupondo reciprocidade. A aprendizagem envolve satisfação de necessidades, podendo gerar frustrações. O ensinar faz parte de um contexto de aprendizagem, existindo a intencionalidade no ato do professor-tutor.

Vale ressaltar que para ser aluno a distância é preciso desenvolver “competências” e “habilidades”. Isto nos leva a refletir sobre o quanto cada estudante desta modalidade de educação necessita superar dificuldades de comunicação e de socialização, bem como desenvolver determinadas competências e atitudes para conseguir acompanhar o ritmo do curso que o instrumentaliza para a realização de atividades em outros setores de sua vida: profissional, afetiva, social, entre outras (MARTINS, 2005).

## **RÁDIO E EaD**

O rádio é um meio de comunicação de massa porque tem a possibilidade de atingir ao mesmo tempo milhões de pessoas de lugares distantes e de difícil acesso.

Esta ferramenta (rádio) tem seu lado individual, pois fala às pessoas também quando elas estão sozinhas. Cada ouvinte sente como se o programa fosse feito só para El@. Assim, surge uma cumplicidade entre quem fala e quem escuta.

Apesar de se pensar que a televisão faria o rádio perder sua audiência, ele ainda é um dos meios de comunicação mais populares no Brasil, pois atinge públicos de diferentes classes sociais, níveis de escolaridade e condições econômicas.

### **Breve história do rádio (MASSARANI, 2009)**

- 1863, (físico britânico) James Clerk Maxwell prevê a existência de ondas eletromagnéticas e demonstra que a luz é uma onda deste tipo.
- 1887, (Na Alemanha), Heinrich Hertz comprova a existência e a transmissão das ondas eletromagnéticas.

- 1894 (Itália), Guglielmo Marconi faz uma transmissão de sinais sem fio em pequenas distâncias (seu invento foi patenteado dois anos depois). No mesmo período, no Brasil, o padre Landell de Moura faz também importantes experimentos com transmissão sem fio.
- 1901 A primeira transmissão (da letra S – em código Morse) de rádio atravessou o oceano Atlântico (Inglaterra ao Canadá).
- 1907 (norte-americano Alexander Lee de Fores) - Rádio surge como o conhecemos em 2010, ou seja, um aparelho que converte ondas sonoras em sinais elétricos que são transmitidos e, depois, novamente transformados em sons.
- 1920 (Pittsburgh), A primeira emissora regular de rádio (KDKA) entrou no ar, nos Estados Unidos, transmitindo o resultado das eleições para a presidência do país.
- 1922 Primeira transmissão oficial no Brasil: um discurso do presidente Epitácio Pessoa sobre o centenário da independência do país. A transmissão foi ouvida no Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e São Paulo.
- 1923 Nasceu a primeira rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (hoje, Rádio MEC).
- Década de 1930 Foi permitida a veiculação de comerciais e a programação das rádios se tornou mais popular. Programas passaram a ser de auditório, e surgiram as radionovelas e a audiência aumentou.
- 1936 Foi fundada a Rádio Nacional, que, quatro anos depois, passou a pertencer ao governo brasileiro.
- Década de 1940 Considerada a “Era de Ouro do Rádio” no Brasil.
- 1941 Transmitida a primeira radionovela, Em Busca da Felicidade. Entra no ar também o principal noticiário da Rádio Nacional, o Repórter Esso.

*Rádio é o jornal de quem não sabe ler;  
é o mestre de quem não pode ir à escola;  
[...] o guia dos sons, desde que realizado  
com espírito altruísta e elevado.*  
Edgard Roquette-Pinto

Cabe ressaltar que no Brasil, o rádio, já nasceu em 1923, de mãos dadas com a ciência: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a qual não foi fundada pelo governo ou por uma empresa privada, e sim por uma sociedade de cientistas da Academia Brasileira de Ciências, os quais pretendiam usá-la como um instrumento para educar a população. Nestes programas de rádio, os cientistas escreviam e apresentavam os programas, além de colocar no ar suas músicas preferidas. Um dos principais colaboradores nessa empreitada foi o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, que, com seu vozeirão, apresentava o Jornal da Manhã, lendo e comentando notícias que selecionava nos jornais. Também palestras sobre diversos temas tais como química e física eram apresentadas.

O grupo responsável pela Rádio Sociedade acreditava na ferramenta rádio e na possível contribuição para uma divulgação fácil, barata e rápida do conhecimento científico, para os quatro cantos do Brasil. Mais tarde, em 1936,

a Rádio Sociedade foi doada ao Ministério da Educação: foi o nascimento da atual Rádio MEC.

Hoje, 2010, poucos são os programas de rádio dedicados exclusivamente à divulgação científica. É mais comum, por exemplo, que temas de ciências relacionados à medicina sejam contemplados em programas de notícias, falando do resultado das últimas pesquisas ou dando dicas de saúde e alimentação.

### **Como fazer um programa de rádio em dez etapas (MASSARANI, 2009):**

- 1: Monte sua equipe
- 2: Ouça muitos programas
- 4: Selecione temas e prepare seu conteúdo
- 5: Prepare o seu roteiro
- 6: Aprenda a linguagem do rádio
- 7: Monte seu próprio estúdio de gravação
- 8: Grave o programa
- 9: Edite o material gravado
- 10: Transmita seu programa aos ouvintes

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por ser apenas uma proposta para ser desenvolvida, resultados de sua efetivação são inexistentes, porém expectativas de sua utilidade interventiva e propositiva no contexto social do objeto de pesquisa são existentes.

Sendo assim, os impactos esperados com esta pesquisa atingem o meio prisional, onde o direito à escolarização é contemplado, e problemas tais como superlotação são minimizados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não cabe aqui a discussão sobre qual tipo de ensino deve prevalecer na nossa sociedade, se virtual ou presencial, mas cabe ressaltar que as duas modalidades de ensino já não podem prescindir uma da outra. Caminham juntas, tanto no ensino presencial como no ensino a distancia.

A integração pedagógica do rádio na EaD para que haja uma gestão escolar inovadora, é possível. Cabe ressaltar que o rádio coloca essa possibilidade à nossa disposição para ser explorada também no ensino presencial.

Necessário se faz esclarecer que esta modalidade não representa ser a única para eliminar problemas do ensino formal da EJA nos Espaços Privados

de Liberdade, mas um caminho para oportunizar o ensino formal a pessoas custodiadas, de forma mais democrática e humana.

## REFERÊNCIAS

BARCIA, R.; VIANNEY, J.; MORAIS, M.; RODRIGUES, R.; BITTENCOURT, D.; SPANHOL, F. **Pós-graduação a distância: a construção de um modelo brasileiro.** <http://lawi.ucpel.tche.br/web-bibliografia/artigo-led.rtf> Acessado em 27 agosto de 2008.

BARRETO, L.S. **Educação a distância: perspectiva histórica.** Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Revista Estudos. Ano 17, n.26, 1999.

CABRAL, O. e TARCIA (2007). In: DIAS, R. A.; LEITE, L. S. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA HISTÓRIA, UMA LEGISLAÇÃO, UMA REALIDADE** **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery** <http://re.granbery.edu.br> - ISSN 1981 0377 Curso de Pedagogia - n. 3, p.1-11, 2007.

DIAS, R. A.; LEITE, L. S. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA HISTÓRIA, UMA LEGISLAÇÃO, UMA REALIDADE** **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery** <http://re.granbery.edu.br> - ISSN 1981 0377 Curso de Pedagogia - n. 3, p.1-11, 2007.

FARIA, M. A.; SILVA, R. C. S. EAD: o professor e a inovação tecnológica. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância.** v. 6, p.1-8, 2007.

<http://lawi.ucpel.tche.br/abmes/estud26/lina.htm>, Acessado em 26 de agosto de 2008.

<http://www.cursos.nead.ufpr.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=9680>.

Acessado em 03 de novembro de 2008.

[http://www.nead.ufpr.br/conteudo/moodle\\_doc.php](http://www.nead.ufpr.br/conteudo/moodle_doc.php). Acessado em 1 de março de 2009.

<http://www.telebrasil.org.br/ead.pdf>. Acessado em 26 de agosto de 2008.

<http://www.teleduc.org.br>. Acessado em 1 de março de 2009.

<http://www.uva.br> In: DIAS, R. A.; LEITE, L. S. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA HISTÓRIA, UMA LEGISLAÇÃO, UMA REALIDADE** **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery** <http://re.granbery.edu.br> - ISSN 1981 0377 Curso de Pedagogia - n. 3, p.1-11, 2007.

<http://www.uvb.com.br> In: DIAS, R. A.; LEITE, L. S. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA HISTÓRIA, UMA LEGISLAÇÃO, UMA REALIDADE** **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery** <http://re.granbery.edu.br> - ISSN 1981 0377 Curso de Pedagogia - n. 3, p.1-11, 2007.

<http://www.youtube.com/watch?v=lgmTfPzLI4E>. Acessado em 1 de março de 2009.

[http://www.youtube.com/watch?v=pg-dpgoz9dU&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=pg-dpgoz9dU&feature=player_embedded). Acessado em 1 de março de 2009.

LITWIN, E. Das tradições à virtualidade. In: LIMA FILHO, G. P. **Educação a Distância: Noções conceituais e a formação docente.** [http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Guilherme\\_ArtigoEaD.pdf](http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Guilherme_ArtigoEaD.pdf) Acessado em 27 de agosto de 2008.

LITWIN, E. **Educação a Distância: temas para debates de uma nova agenda educativa.** Porto Alegre: Artmed,2000

MARTINS, O. B. **Teoria e Prática Tutorial em EAD. Curso de Aperfeiçoamento para Capacitação de Tutores em EaD.** Unidade Didática 3. Curitiba: NEAD/UFPR, 2005.

Massarani, L. **Ciência em sintonia: guia para montar um programa de rádio sobre ciências.** / Coordenação geral de Luisa Massarani; Coordenação executiva de Ana Cristina Peixoto Figueira; Ilustrações de Barbara Mello. Rio de Janeiro: Fiocruz / COC / Museu da Vida, 2009. p.40; il.

MORAN, J.M. **A Internet aumentará a importância do professor como gestor de aprendizagem.** [http://www.ensino.net/moran\\_entrevista\\_int.htm](http://www.ensino.net/moran_entrevista_int.htm)

MORAN, J.M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnológicas.** <http://www.eca.usp.br/prof/moran/innov.htm>

NISKIER, A. **Tecnologia Educacional: uma visão política.** Petrópolis :Vozes, 1993. In: LIMA FILHO, G. P. Educação a Distância: Noções conceituais e a formação docente [http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Guilherme\\_ArtigoEaD.pdf](http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Guilherme_ArtigoEaD.pdf). Acessado em 27 de agosto de 2008.

PAVÃO, Z. M. **Avaliação da aprendizagem em EAD. In: Curso de Aperfeiçoamento para Capacitação de Tutores em EAD.** Curitiba : NEAD/UFPR, 2003.

SAMPAIO, M.; LEITE, L. **Alfabetização tecnológica do professor.** Petrópolis. Vozes, 1999

SEED/MEC, **REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA,** Brasília, 2007.

TAYLOR, J. **Fifth generation distance education.** Higher education series. Report n. 40, June 2001. ISBN 1034-9960; ISSN – 1034-9960. UAB. Universidade Aberta do Brasil. In: DIAS, R. A.; LEITE, L. S. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA HISTÓRIA, UMA LEGISLAÇÃO, UMA REALIDADE Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery <http://re.granbery.edu.br> - ISSN 1981 0377 Curso de Pedagogia - n. 3, p.1-11, 2007.

TJARA, S. F. **Novas Ferramentas Pedagógicas para o Professor da Atualidade.** São Paulo: Érica, 2000

TRINDADE, A. R. **Fundamentos da educação a distância: panorama conceitual da educação e treinamento à distância.** Trad. José Geraldo Campos Trindade. Brasília: UNB. março, 1997, (s/p). In: LIMA FILHO, G. P. Educação a Distância: Noções conceituais e a formação docente [http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Guilherme\\_ArtigoEaD.pdf](http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Guilherme_ArtigoEaD.pdf) Acessado em 27 de agosto de 2008.